



Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima - CIMGC
Ata da 73ª Reunião Ordinária

Data: 18/04/2013

Local: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, Sala dos Conselhos, 2º Andar.

Membros Participantes:

1.	Gustavo Luedemann – Secretário Executivo da Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima
2.	André Odenbreit Carvalho – Representante Suplente do Ministério das Relações Exteriores
3.	Adriano Santhiago de Oliveira – Representante Suplente do Ministério do Meio Ambiente
4.	Mônica Maria Libório Feitosa de Araújo – Representante Titular do Ministério dos Transportes
5.	Beatriz Soares – Representante Titular do Ministério da Fazenda
6.	João Luiz Tedeschi – Representante Suplente do Ministério da Fazenda
7.	Mauro César Lambert de Brito Ribeiro - Representante Titular do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
8.	Leíza M.M. Dububras – Representante Titular da Casa Civil
9.	Beatriz M. Carneiro – Representante Titular do Ministério da Indústria, Desenvolvimento e Comércio Exterior

Outros Participantes:

1.	Andréa N. de Araújo – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
2.	Hugo César Alves da Silva – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
3.	Jerônima Damasceno – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
4.	Josana de O. Lima Esser – Ministério do Meio Ambiente
5.	Karen Cope – Ministério do Meio Ambiente
6.	Luís Fernando Badanhán – Ministério de Minas e Energia
7.	Sonia Regina Mudrovitsch de Bittencourt – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
8.	Valdir Borges Souza – Ministério de Minas e Energia
9.	Vitor Ferraz Santos – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
10.	Susanna Erica Busch – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
11.	Daniel Lage Chang – Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
12.	Lídia Miranda de Lima – CONJUR/MCTI
13.	Eliana M. Ramos Kowalski – CONJUR/MCTI

Abertura da Reunião

O Sr. **Gustavo Luedemann** abriu a 73ª Reunião Ordinária pedindo aos membros que não puderam ler antecipadamente a ata da reunião passada que realizassem a sua leitura. Em seguida, anunciou a presença dos novos servidores do MCTI e da Dra. Lídia Miranda, da Consultoria Jurídica (Conjur) do MCTI, convidada para esclarecer aspectos jurídicos de questões levantadas na reunião passada.

Correções da Ata da 72ª Reunião Ordinária (item 1 da pauta)

O Sr. **Adriano Santhiago**, perguntou se no item 8 o uso do termo *contratação* para o processo seletivo de consultor que irá elaborar proposta de atualização das resoluções da CIMGC estava correto, tendo sido esclarecido que sim. Em seguida, solicitou que fosse incluído no item 10, referente à atividade de projeto 401/2012, que o licenciamento ambiental não poderia ter sido realizado devido a falta de documento de outorga da ANEEL para dar entrada no órgão ambiental para obtenção da licença prévia, e questionou se o MMA tinha ficado responsável por minutar uma resolução. Pelo seu entendimento, o MMA deveria ter verificado se havia precedentes, e não necessariamente minutar uma resolução, e concluiu informando que iria enviar texto para correção deste trecho da ata.

O Sr. **André Odenbreit** mencionou que no item 3, que trata sobre proposta de doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa, o papel da CIMGC não estava claro. Em seguida, sugeriu como redação que o MCTI iria consultar sua Conjur sobre como a CIMGC poderia contribuir com o processo. Citou também, que na antepenúltima página da atividade de projeto 372/2012 Pequena Central Hidrelétrica Galheiros (GSHPP), há o termo *Validation Report* que deveria ser corrigido para Relatório de Validação. Foi explicado que este termo referia-se ao Relatório de Validação em inglês.

Orientação da CONJUR do MCTI sobre reunião pública presencial (item 5.1 da pauta)

O Sr. **Gustavo Luedemann** apresentou, como proposta do MCTI, uma minuta de resolução para oficializar a realização de reunião pública presencial na impossibilidade de atendimento aos preceitos previstos no *caput* do artigo 3º da Resolução nº 7 da CIMGC, uma vez que vários projetos que estão em validação encontram-se nesta situação e que outros casos semelhantes podem surgir. Sra. Lúcia esclareceu que a reunião pública presencial seria complementar à resolução nº 7 e não excludente.

Após comentários dos membros, o Sr. **Gustavo Luedemann** ressaltou que a minuta desta nova resolução seria enviada aos membros da Comissão para recebimento de sugestões e aprovação eletrônica, e que seria dado o prazo de uma semana para manifestação dos participantes, e que após isto, a minuta da resolução seria enviada à Conjur para sua finalização. Registra-se em Ata que a sugestão do MCTI foi acatada sendo então revogada a decisão tomada na 72ª Reunião Ordinária, sobre o fim da situação de excepcionalidade da consulta pública presencial.

Orientação da CONJUR sobre licenciamento ambiental como pré-requisito para MDL (item 5.2 da pauta)

Foi exposta dúvida na reunião passada, durante a deliberação da atividade de projeto 401/2012 (PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro), sobre o procedimento que deveria ser adotado pela Comissão para os casos em que proponentes de uma atividade de projeto de PCH submetessem proposta à CIMGC antes da obtenção de carta de outorga da ANEEL e, consequentemente, estivessem impedidos de dar entrada no órgão ambiental para obtenção de licença ambiental. Na ocasião, foi solicitado ao MME e ao MCTI que verificassem a existência de precedentes de aprovação de atividades de projetos na mesma situação.

Como precedente, o MME e o MCTI, citaram a PCH Serra dos Cavalinhos (atividade de projeto nº 328/2011), porém a comissão considerou que a situação deste projeto era diferente, uma vez que a PCH Serra dos Cavalinhos já havia recebido licença prévia estando, dessa forma, em conformidade com a legislação ambiental. O Sr. **Adriano Santhiago** ressaltou o fato da

atividade de projeto 401/2012 (PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro) estar impedida de pedir a licença prévia por encontrar-se numa fase anterior, onde é necessário obter primeiro o documento de outorga da ANEEL. Questionou ainda se a atividade de projeto não estaria ferindo as exigências previstas pela CIMGC para obtenção da carta de aprovação da AND brasileira, por não estar em conformidade com a legislação ambiental.

A Sra. **Lídia Miranda** mencionou que seria interessante a Comissão estabelecer uma resolução determinando os requisitos mínimos de licenciamento ambiental para que uma atividade de projeto possa ser submetida à CIMGC para obtenção de carta de aprovação.

A Comissão decidiu que o representante do MMA, apresentasse na próxima reunião, agendada para 17 de junho de 2013, uma proposta neste sentido, explicitando tais exigências mínimas no tocante à comprovação de conformidade com a legislação ambiental.

Doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa de 2014 (item 5.3 da pauta)

O Sr. **Gustavo Luedemann** recordou que foi deliberado na reunião passada a formação de um Grupo de Trabalho (GT) para tratar doação de RCEs para compensação de emissões durante a Copa de 2014. Informou que este GT se reuniu com a Conjur do MCTI em 11 de abril de 2013 e elaborou uma proposta de resolução, que foi disponibilizada aos membros da Comissão. Em seguida, relembrou que a possibilidade de cancelamento de RCEs já foi oficializada no âmbito do Conselho Executivo do MDL, e que já houve precedente de como utilizar este mecanismo de cancelamento de créditos, como medida de compensação das emissões provocadas pela realização da Rio+20.

A Sra. **Beatriz Carneiro** apontou a existência de um possível conflito entre a proposta apresentada e a existência, no âmbito da Lei Geral da Copa, da definição de que eventos da Copa deverão ter o selo de sustentabilidade emitido pelo MMA, incluindo aí a redução de créditos de carbono. Sugeriu, em seguida que deveria se buscar uma harmonização entre as legislações vigentes para evitar confusão.

A Sra. **Karen Cope** do MMA foi convidada a participar da Reunião para falar sobre o tema, e esclareceu que o selo de sustentabilidade tem um viés de certificação verde, e não está claro ainda se os Gases de Efeito Estufa iriam participar do programa e se seria viável sua implantação a tempo para a Copa. Ressaltou que a proposta apresentada não é vinculada somente à Copa e que o texto tem o objetivo de iniciar um Programa de Compensação e de dar à Comissão o poder de definir quais seriam os eventos que poderiam participar dele. Devido a isto, se faz importante que este texto apresente um conteúdo genérico, e que a Copa foi apenas o que motivou a realização desta resolução e que seria interessante que o conteúdo da resolução pudesse ser utilizado para eventos futuros como as Olimpíadas, por exemplo.

O Sr. **André Odenbreit** ponderou que a resolução não deixa clara a definição das atribuições institucionais, entre o papel da CIMGC e a entidade a ser criada para tratar do aspecto da sustentabilidade em cada um dos futuros eventos, às quais poderiam ser incorporadas estratégias sobre a redução dos gases do efeito estufa. No seu entendimento, a CIMGC não foi chamada para se responsabilizar pela totalidade do processo de compensação e deveria tratar do reconhecimento de doação. Levantou que seria importante esclarecer como se daria o processo de negociação com doadores de RCEs, as diferenças entre os papéis da CIMGC e da entidade de sustentabilidade, as implicações jurídicas do reconhecimento da doação, que poderiam, por exemplo, envolver a celebração de contratos com o PNUD. Concluiu em seguida argumentando

que há uma série de dúvidas em relação à realização de uma chamada pública que tenha como resultado o reconhecimento de doação, e que esta ação não estava clara.

O Sr. **Gustavo Luedemann** informou que o EB definiu os procedimentos para o cancelamento voluntário feito por participantes do projeto. No entanto, ressaltou que seria interessante haver um reconhecimento oficial pela AND brasileira, que emitiria um certificado reconhecendo a redução das emissões e permitindo ao doador obter um valor de *marketing* maior. A proposta da resolução define que, ao solicitar o cancelamento o participante do projeto, faça referência ao evento para o qual ele planeja atuar como compensador das emissões, para que ele possa ser reconhecido pela Comissão por meio da emissão de um certificado.

A Sra. **Karen Cope** explicou a estratégia para Mudança do Clima na Copa, a elaboração de inventários e relatórios de mitigação e as estratégias que envolvem créditos advindos de projetos. Em relação ao aspecto jurídico do reconhecimento da doação, há o entendimento de que é competência da Comissão tratar e regulamentar os assuntos relacionados ao MDL e que poderia haver esta inovação sem haver nenhum conflito com a legislação vigente. Em seguida, explicou que a resolução seria genérica, e que em cada chamada pública contemplaria as demandas específicas de cada evento.

Em seguida, a Sra. **Mônica Feitosa de Araújo** demonstrou preocupação quanto ao tempo hábil para a realização da chamada pública para a Copa.

O Sr. **Luis Badanhán** mencionou que o órgão responsável pelo evento daria todas as diretrizes para que a Comissão elabore um edital de convocação, e perguntou se este papel operacional não poderia ser realizado pelo órgão responsável pela sustentabilidade, e apenas chancelado pela CIMGC, especialmente devido à responsabilidade de elaborar um edital e gasto de recursos advindo deste comprometimento.

A revisão da resolução foi consenso entre os membros. Assim, O Sr. **Gustavo Luedemann** propôs retornar este ponto ao término da reunião para que a Comissão definisse o encaminhamento a ser dado, e em seguida deu sequência a pauta proposta. Por motivos de agenda, a Sra. Karen Kope teve de deixar a reunião.

Deliberações sobre os projetos em análise (itens 2 e 3 da pauta)

361/2012 – Atividade de Projeto “São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes”. Ofício enviado: Nº 785/2013/CIMGC, em 26/02/2013. Resposta em: 08/04/2013.

A comissão deliberou que o mesmo fosse mantido **em revisão**, para atender às seguintes exigências:

Foram identificadas alterações significativas entre as versões do PDD – a versão 8 de 19/11/2012 (analisada pela Comissão) e a versão 10 ora apresentada de 12/03/2013. Por exemplo, verificou-se que o valor da quantidade média anual estimada de redução de emissão de GEE na versão 10 (55.583 tCO₂e) difere significativamente daquele apresentado na versão 8 (46.581 tCO₂e) analisada na Comissão. Diante disso:

- a) deve-se identificar e justificar quais foram as alterações realizadas no PDD, além do uso do novo formulário F-CDM-PDD - versão 04.1, que condicionaram a alteração da versão do PDD de 8 para versão 10;
- b) esclarecer os motivos que levaram a EOD a não fazer a alteração de versão do *Validation Report* no caso da revisão 10 (foram verificadas revisão 10 de 26/11/2012 e revisão 10 de 20/03/2013)

- c) esclarecer o fato da revisão 10 de 26/11/2012 do VR ter sido excluída do *History of report revisions* apresentado na página 3 do *Validation Report* revisão 10 de 20/03/2013;
- d) efetuar revisão completa do *Validation Report* de modo a atender o disposto no inciso III do art. 3º, da Resolução nº 1 da CIMGC, uma vez que o *Validation Report* (revisão 10 de 20/03/2013) não contém assinatura do responsável pela validação; não identifica a versão do PDD que está sendo indicada para solicitação de registro; verificam-se indicações de marcas de revisão (Erro! Fonte de referência não encontrada) no decorrer do texto;
- e) enviar à CIMGC a cópia eletrônica da versão em português do *Validation Report*. Ressalta-se que a versão em português deve refletir fielmente o texto apresentado no referido relatório.
- f) Descrever detalhadamente como e qual parte dos resíduos do abatedouro serão utilizados pela empresa fabricante de cimentos CIMPOR Cimentos do Brasil e encaminhar Licença Ambiental que comprove que a empresa CIMPOR Cimentos do Brasil está autorizada a incinerar resíduos do abatedouro.
- g) Esclarecer a razão da menção, no item B.2 do DCP, à licença ambiental da Indcom Ambiental, como evidência da condição de aplicabilidade do projeto, uma vez que essa empresa não é mencionada em nenhum outro ponto do DCP e não faz parte do quadro de participantes do projeto.

401/2012 – “Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Santa Galo, Estância e Pegoraro” Ofício enviado: MDL 787/2013/CIMGC, em 06/03/2013. Resposta em: 03/04/2013.

Após colocações feitas sobre os problemas de documentação do proponente em relação ao licenciamento ambiental da PCH Santa Galo, e sobre a PCH Pegoraro não possuir sequer pedido de licença prévia, pelo fato de não ter ainda o projeto básico aprovado pela ANEEL, foi discutido o caso de precedente apresentado, do projeto Serra do Cavalinhos. Foi verificado que a PCH Serra dos Cavalinhos já tinha a licença prévia e que portanto, tratava-se de casos diferentes. A Comissão demonstrou preocupação quanto à abertura de precedente ao se aprovar projetos que não demonstrem ter suas exigências ambientais mínimas comprovadas.

A comissão então deliberou que o projeto fosse **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:

- a) Encaminhar à Secretaria-Executiva da CIMGC, em cópia digital e impressa, procuração que comprove a legitimidade do Sr. Thiago Viana Souza para representar à Fornasa Geração de Energia Ltda.
- b) Apresentar documento recente da Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina (FATMA) atestando que o processo de licenciamento da PCH Santa Galo ainda está sob análise.
- c) Encaminhar documento que ateste a viabilidade ambiental da PCH Pegoraro, uma vez que o empreendimento não possui licença ambiental válida.

436/2012 – Pequena Central Hidrelétrica de Angelina. Data de Protocolo: 28/11/2012. Data de Submissão à CIMGC: 22/02/2013.

A comissão deliberou que o mesmo fosse **aprovado com ressalvas**, para atender às seguintes exigências:

- a) Solicita-se que seja encaminhada à CIMGC nova versão do Anexo III elaborada com base nas orientações apresentadas na página de Mudança do Clima do MCTI, disponíveis em:
http://www.mct.gov.br/index.php/content/view/320869/Contribuicao_para_o_Desenvolvimento_Sustentavel.html
- b) A procuração emitida pela Lumbrás Energética S.A. em favor de André Luiz Duarte Meirelles e Geraldo Cesar Mota, como seus representantes legais, encontra-se vencida desde 21 de outubro de 2012. Solicita-se enviar procuração com data de validade vigente.

437/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor na Produção de Ferro-gusa do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda (VSB), Jeceaba/MG, Brasil. Data de Protocolo: 29/11/2012. Data de Submissão à CIMGC: 22/02/2013.

A comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão**, para atender às seguintes exigências:

- a) Solicita-se apresentar a atividade de projeto por meio da versão 04.1 do documento de concepção do projeto. Uma vez que, de acordo com o Conselho Executivo de MDL, a versão 3.0 do formulário seria aceita para registro somente até 31 de janeiro de 2013. Ressalta-se que o conteúdo deve ser o mesmo da versão 3.0.
- b) O DCP na versão 4.1 deverá ser cópia fiel da versão do PDD. Ressalta-se que o DCP apresentado contém erros que devem ser evitados na próxima versão, como:
- Na página 46 do DCP há uma parte que não foi traduzida para o português: in addition to the regulatory restrictions outlined in Step 1 (página 43 no DCP).
 - Na página 47 do DCP não foi traduzido Outcome of Step 2: e CDM.
 - Na página 64 do DCP as referências 99 e 101 não foram traduzidas.
 - Por se tratar de versão em português, devem ser feitas correções no DCP de forma que conste ponto (.) como separador de milhares e vírgulas (,) como separador decimal. Exemplo: páginas 79 e 87 do DCP.
 - Na página 106 no DCP há o endereço da Vallourec Group que não se encontra no PDD.
 - Na página 112 do DCP, revisar o valor exibido para Efco2e,coalscoke,y. O valor informado no DCP e PDD deve ser o mesmo.
 - Na página 3 do Anexo 6 do DCP está explicitado o Sumário do Anexo I e Sumário do Anexo III. Ambos não constam no PDD.
 - Na página 18 do anexo 6 verificar o trecho “O coeficiente de determinação do modelo (R2), igual a 0,764, indicou que 76,4% da variação total observada na Emissão de Metano é explicada pela variação do Rendimento Gravimétrico. Há diferenças nos números utilizados em relação ao PDD.
 - Nas páginas 44 e 46 do Anexo 6 do DCP, os gráficos entre o DCP e o PDD não são coincidentes.
 - Na página 101 do Anexo 6 do DCP está faltando o dado da emissão de carbono.

- c) O Relatório de Validação deve ser fiel em conteúdo e tradução ao Validation Report, algumas alterações devem ser realizadas, entre elas:
- Em alguns pontos do Relatório de Validação o texto está encoberto por outra coluna, dificultando sua leitura, por exemplo, nas páginas 184 a 189. Verificar este tipo de erro em todo relatório de validação.
 - Na página 277 do Relatório de Validação, o texto da CL02 está incompleto em relação ao texto da página 255 do PDD.
 - O relatório de validação em português é de número BR1163365/2012, ao passo que o mesmo documento na versão inglesa possui número BR1119355/2012. As versões apresentadas em ambos os idiomas devem apresentar mesma numeração.
- d) Encaminhar documentos válidos que comprovem a legitimidade dos representantes das empresas participantes para assinar as três declarações exigidas pelas resoluções da CIMGC: a que estipula o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da Comissão Interministerial e as que asseguram a conformidade da atividade de projeto com a legislação ambiental e trabalhista em vigor. As procurações encaminhadas anteriormente estão vencidas, assim como o mandato do Tancredo Martins Neto como Diretor Geral da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda. Também é necessário encaminhar o Estatuto Social da V&M do Brasil S/A, ou outro documento que indique como a empresa é legitimamente representada.
- e) Encaminhar as condicionantes das licenças de operação 051 SUPRAM CM e 042 NOR ou a licença mais atualizada (no caso de haver condicionantes, estas também devem encaminhadas).
- f) Solicita-se envio da Licença de Instalação referente à pelletização e ao Alto-Forno nº 1 (LI nº 154/2008).
- g) Verificou-se que a Licença de Operação da V&M Florestal – VMFL (responsável pelos plantios dedicados e pela produção do carvão vegetal renovável), com termo de prorrogação válido até 16/05/2013, autoriza a atividade em 14 municípios do Estado de Minas Gerais. Comparando-se com a lista de municípios informada no DCP/PDD como locais de realização dos plantios e plantas de carbonização, conforme item 1.2 deste parecer, solicita-se envio da(s) licença(s) referente(s) aos municípios não cobertos pela LO 041/2008: Engenho Navarro, Várzea da Palma, Francisco Dumont, Lassance, Augusto de Lima e Buenópolis.

438/2012 – Bocaiúva Pequena Central Hidrelétrica. Data de Protocolo: 22/01/2013. Data de Submissão à CIMGC: 22/02/2013.

A comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão**, para atender às seguintes exigências:

- a) O PDD e o DCP foram apresentados no Formulário “Documento de Concepção do Projeto” versão 3, cuja validade expirou, não sendo mais aceita para solicitação de registro. Solicita-se reapresentar o PDD e o DCP na nova versão do referido formulário (versão 04.1).
- b) O DCP e o PDD apresentam informações divergentes quanto ao valor anual de redução de emissões de GEE: na página 2, como 19.062 tCO₂ por ano e na página 6,

como 38.456 tCO₂ por ano. É necessário corrigir esta inconsistência em ambos os documentos.

c) A metodologia ACM0002, versão 12.3.0, deve ser atualizada para a versão mais recente, pois o prazo de validade da versão 12.3.0 expirou em 11 de janeiro de 2013.

d) É necessária a atualização da Ferramenta para demonstração e avaliação de adicionalidade, uma vez que a versão 6.0.0. utilizada só será aceita para solicitação de registro até 12 de maio de 2013, data anterior à próxima reunião da CIMGC na qual o projeto será reavaliado.

e) Recomenda-se a atualização da Ferramenta para calcular o fator de emissão para um sistema elétrico, uma vez que a versão 2.2.1. utilizada só será aceita para solicitação de registro até 22 de julho de 2013.

f) Traduzir do inglês para o português os seguintes itens do DCP: Tabela de explicação sobre Geradores (dados técnicos), p.7; Diagrama de fluxo para o limite do projeto, p.10; Tabela de especificações dos gases, p.11; Tabela e gráfico, p.18; Tabela, p.20, p.23 e p.24.

g) Fazer revisão completa no uso do ponto (.) e da vírgula (,) na indicação dos numerais no PDD (p. 16, 18, 20 23 e 24).

h) Apresentar Relatório de Validação: a) sem marcas de correção no índice; b) com o resumo completo na página 1; c) sem erros de tradução em relação à versão em inglês; d) com o título do projeto “Pequena Central Hidrelétrica Bocaiúva” uniformizado em todo o documento.

i) A Licença de Operação N° 298760/2010 apresentada expirou em 06/01/2013 e a Certidão da SEMA/MT de 17 de dezembro de 2012 que prorroga a licença de operação até manifestação definitiva do órgão ambiental informa que a referida licença expirou em 06/01/2012. Solicita-se regularizar a situação.

j) Segundo o DCP, página 2, Seção A.2, “A usina é composta de dois geradores com turbinas Francis, onde cada unidade geradora tem uma potência nominal de 30 MW”. No entanto, observa-se, conforme página 7, tabela de características técnicas, que cada unidade tem capacidade instalada de 15 MW. Solicitam-se esclarecimentos ou correções pertinentes.

439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém Hidrelétrica. Data de Protocolo: 04/02/2013. Data de Submissão à CIMGC: 22/02/2013.

A comissão deliberou que o mesmo fosse colocado **em revisão**, para atender às seguintes exigências:

a) Em relação ao DCP/PDD:

a. Atualizar a metodologia de linha de base e monitoramento aplicada para o desenvolvimento do projeto, uma vez que a AM0025 Emissões de resíduos orgânicos evitadas por meio de processos alternativos de tratamento de resíduos, versão 13.0.0, não é mais válida;

b. A próxima versão do DCP deverá ser revisada para garantir a utilização correta da pontuação para separação de casas decimais ou de milhares de algarismos, conforme definido pela Língua Portuguesa.

c. A tradução da próxima versão do DCP deverá ser revisada de forma a garantir que ela seja fiel à versão em inglês. Na versão em português atual foram encontradas discrepâncias, por exemplo:

i. Ausência do penúltimo parágrafo da Sessão B.2. Aplicabilidade da metodologia;

ii. Ausência de parágrafos nos itens Emissões provenientes do uso de combustível no local (PEfuel, on-site,y) (página 39) e Emissões provenientes do uso de eletricidade da rede (página 40) da Sessão B.6.3. Cálculo ex-ante das reduções de emissões.

b) Em relação ao Relatório de Validação/Validation Report

a. A próxima versão destes documentos deverá ser revisada para garantir que o título da atividade de projeto citada no Relatório de Validação seja o mesmo informado no DCP.

b. A tradução da próxima versão do Relatório de Validação deverá ser revisada para garantir que ela seja fiel à versão em inglês. Na versão atual, a tradução da última linha da tabela descrita na Sessão 3.6 do Relatório de Validação não corresponde ao conteúdo disposto no Validation Report.

c. A próxima versão do Relatório de Validação deverá ser revisada para evitar equívocos na utilização correta da pontuação para separação de casas decimais ou de milhares de algarismos em português, como o ocorrido na página 108 da versão atual do Relatório.

c) Em relação ao Anexo III, o proponente deverá prestar maiores esclarecimentos quanto à destinação dos pellets de biomassa, de forma a apresentar garantias de que o produto não retornará ao aterro como resíduo, nem será disposto de maneira a possibilitar a sua decomposição anaeróbica.

d) Os participantes do projeto, em atendimento ao Artigo 3o, IV da Resolução no 1 da CIMGC, devem apresentar declaração que indica o responsável pela comunicação com a Secretaria Executiva da CIMGC que, segundo o disposto no Anexo III da Resolução no 7 da CIMGC, deve ser uma empresa que possua CNPJ. Sugerimos ainda que o representante desta empresa domine a língua portuguesa e esteja sediado no Brasil, fatos que facilitarão sobremaneira a comunicação entre as partes.

Novos projetos recebidos pela Secretaria Executiva da CIMGC (item 4 da pauta)

- 440/2013 – Projeto do Aterro Sanitário Canhanduba – **Recebido em 09/04/2013;**
- 441/2013 – Projeto Agrupado de Energia Eólica Renascença e Ventos de São Miguel– **Recebido em 10/04/2013;**
- 442/2013 – PCH Paracambi Projeto MDL (JUN 1064), Brasil – **Recebido em 11/04/2013; e**
- 443-2013 – PCHs Coronel Araújo e Passo Ferraz Projeto MDL (JUN 1059), Brasil – **Recebido em 11/04/2013.**

Quadro Síntese da análise dos projetos

Nome do projeto	Status antes da reunião	Status após a reunião
361 – São Salvador Itaberaí Tratamento de Efluentes	Revisão	Revisão
401 - Fornasa Geração de Energia e Pegoraro Energia: Eletricidade renovável conectada à rede através das PCHs Canta Galo, Estância e Pegoraro	Revisão	Aprovado com ressalvas

436/2012 – Atividade de Projeto da Pequena Central Hidrelétrica Angelina	Submetido	Aprovado com ressalvas
437/2012 – Uso de Carvão Vegetal Proveniente de Plantios de Biomassa Renovável como Agente Redutor na Produção de Ferro-gusa do Complexo Siderúrgico da Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil Ltda (VSB), Jeceaba/MG, Brasil	Submetido	Revisão
438/2013 – Bocaiúva Pequena Central Hidrelétrica	Submetido	Revisão
439/2013 – Projeto de Biomassa de Resíduo de Açaí em Belém	Submetido	Revisão

Solicitação de mudança da Entidade Coordenadora/Gerenciadora para o Programa de Atividades de Energia Eólica no Brasil (registro 7271) (item 5.4 da pauta).

Foi exposta a situação, onde a alteração solicitada pelo proponente para ser autorizada pelo Conselho Executivo do MDL, necessita anteriormente ser autorizada pela AND brasileira. Não existe resolução da CIMGC que trate desse assunto. O proponente solicitou esclarecimentos sobre os procedimentos estabelecidos para este trâmite.

A Secretaria-Executiva propôs que o proponente deva encaminhar oficialmente:

- Ofício de solicitação de carta de autorização para mudança da entidade coordenadora/gerenciadora do PoA.
- Declaração assinada por todos os participantes nacionais do PoA ou declarações separadas e com mesmo conteúdo, indicando a nova Entidade Coordenadora/Gerenciadora e seu representante, com os respectivos dados para contato.
- Apresentar documentos que comprovem a legitimidade do representante junto à empresa indicada.
- Declaração de saída voluntária da Entidade Coordenadora/Gerenciadora, assinada pelo seu representante com firma reconhecida em cartório.

Os membros concordaram com o encaminhamento proposto.

Solução para encaminhamento sobre a participação da CIMGC nas RCEs da Copa (continuação do item 5.3 da pauta).

A Sra. **Leíza Dububras** pediu a palavra e reportou que conversou com a Sra. Karen Cope, a qual expressou preocupação quanto ao prazo para definição da posição da Comissão quanto ao cancelamento de RCEs para compensação da Copa, uma vez que sua expectativa era que o assunto fosse tratado com a maior celeridade possível. Segundo o entendimento da Sra. Karen Kope, não houve consenso para que a resolução pudesse ser colocada em votação, não apenas pela redação, mas também porque a Comissão gostaria de discussão do mérito da resolução, sendo que dois pontos deveriam ser tratados: o primeiro, se caberia trazer a responsabilidade de fazer chamadas públicas para a CIMGC; o segundo, a elaboração de nova redação, que compreendesse todos os entendimentos dos membros da Comissão.

Em seguida, o Sr. **Gustavo Luedemann** questionou aos membros presentes se a Comissão deveria estar envolvida no processo, uma vez que na discussão isso não havia sido consensuado.

A Sra. **Leíza Dububras** apontou que há consenso da CIMGC fazer parte do processo, porém que ainda não há clareza suficiente sobre o papel e as responsabilidades da Comissão.

Em seguida, o Sr. **André Odenbreit** colocou que o debate se mostrou conceitual, e que agora seria necessário definir, a participação da CIMGC e fazer uma redação apropriada para a resolução. Disse que existem diferentes possibilidades, mas ouvindo os argumentos apresentados, entende que existe um papel mínimo, que seria o da CIMGC definir critérios básicos que deveriam ser obedecidos em qualquer estratégia de compensação a ser adotada pelo Governo Federal, em que a CIMGC chancelaria ou aprovaria propostas; e uma segunda opção, da CIMGC executando chamadas públicas e emitindo certificados, que é o que se tentou chegar para o reconhecimento dos doadores. Sugeriu como encaminhamento a realização de reunião técnica do GT, aberta a todos os membros da CIMGC, na qual seriam discutidas as diferentes possibilidades de papel da CIMGC, para que se consiga chegar na redação da resolução.

O Sr. **Luis Badanhan** reforçou a necessidade de se entender o papel da CIMGC, para que então a redação possa ser elaborada. O mérito da participação da CIMGC está claro que é necessário.

A Sra. **Andréa Araújo** reportou que, em suas discussões, o GT entendeu que a realização das atividades de lançamento de chamadas e de emissão de certificados representaria uma oportunidade para a CIMGC de obter maior visibilidade.

O Sr. **Adriano Santhiago** concordou com a sugestão da reunião técnica, e solicitou ao Sr. André Odenbreit, que explicasse qual seria a terceira opção para ser discutida na reunião, sendo que as duas primeiras apresentadas foram: 1) o lançamento de chamada pública pela CIMGC; 2) o cancelamento pela CIMGC de chamada pública a ser executada por outro órgão responsável.

O Sr. **André Odenbreit** colocou que a terceira opção seria a avaliação pela CIMGC de propostas de estratégias de compensação desenvolvidas pelos órgãos responsáveis pela sustentabilidade de cada evento, e a partir dessas estratégias, tomando em conta a compensação, a oportunidade de visibilidade, etc., aprovar ou não as propostas; se aprovadas, a CIMGC então lançaria as chamadas públicas. Ressaltou que há diferenças entre as propostas, pois no último caso a CIMGC teria a autoridade para aprovação das estratégias de compensação, e somente teria um papel operacional após uma decisão tomada. Apontou ainda que há vantagens e desvantagens em cada uma das opções, sendo necessário avaliar qual seria mais adequada.

O Sr. **Gustavo Luedemann** entendeu a complexidade da discussão e se mostrou preocupado com a urgência do assunto para que haja tempo hábil para fazer tudo até a Copa. Como encaminhamento, sugeriu que o MMA se responsabilizasse pela organização da reunião técnica, o que foi aceito pelos membros presentes.

Como decisão final, foi acordado que o MMA deverá convocar a reunião técnica, aberta a todos os membros da CIMGC interessados, com o objetivo de definir o papel da Comissão e discutir as possibilidades levantadas na presente reunião. Em um segundo momento, será realizada nova reunião com a participação de outros atores externos, que sejam relevantes para as discussões.

Outros Assuntos

O Sr. **Adriano Santhiago** solicitou esclarecimentos quanto ao encaminhamento dado para o item da pauta sobre a resolução das reuniões públicas presenciais. O Sr. Gustavo propôs o prazo

de uma semana para os membros enviarem contribuições por meio eletrônico, uma semana para a Secretaria-Executiva compilar e agregar as sugestões ao texto atual e, em seguida, encaminhar a proposta final para deliberação dos membros por meio eletrônico. Esta proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. **Adriano Santhiago** informou aos presentes que o MMA tem recebido consultas para se manifestar sobre o Anexo III de atividades de projetos de MDL, e que entende que há conflito de interesse pelo fato do órgão ser membro da CIMGC, e que tem sido esta postura adotada. Perguntou se outros membros também tem recebido esse tipo de consulta e sugeriu que seja uniformizada uma resposta para este tipo de consulta.

O Sr. **Gustavo Luedemann** colocou que os membros da CIMGC não podem ser considerados *stakeholders* para consulta definida no âmbito da Resolução CIMGC nº 7, e por isso não podem se manifestar antecipadamente sobre as atividades de projetos. Esclareceu ainda que o espaço adequado para deliberação sobre as atividades de projetos é no âmbito da CIMGC. Todos os membros concordaram com a colocação.

Sem maiores manifestações, o Sr. **Gustavo Luedemann** agradeceu a presença dos membros e declarou encerrada a 73ª Reunião Ordinária da CIMGC.